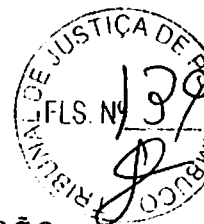




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 204270-2.

170

IMPETRANTE: MARIA ALICE DOS SANTOS PINTO E ELIAS JOSÉ DE MELO FILHO.

PACIENTE: VALDECI DE SOUZA.

RELATOR: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO

PROCURADORA: JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA.

HABEAS CORPUS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PREVENTIVA. MAUS ANTECEDENTES E MODUS OPERANDI QUE JUSTIFICAM A CUSTÓDIA CAUTELAR PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Não merece censura o decreto construtivo que, além de destacar a prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, avalia a periculosidade do agente concretamente.

2 - Com efeito, quem, já condenado anteriormente por tráfico ilícito de entorpecente, traz consigo arma de fogo e significativa munição (10 cápsulas, calibre 38), escondida habilmente na bolsa da adolescente que o acompanhava, revela periculosidade patente, a justificar a custódia cautelar a bem da ordem pública.

3 - Habeas Corpus denegado. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0204270-2, no qual figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em denegar a ordem, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 26 de Janeiro de 2010.

Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 204270-2.

171

IMPETRANTE: MARIA ALICE DOS SANTOS PINTO E ELIAS JOSÉ DE MELO FILHO.

PACIENTE: VALDECI DE SOUZA.

RELATOR: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO

PROCURADORA: JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA.

RELATÓRIO:

Maria Alice dos Santos Pinto e Elias José de Melo Filho, advogados, impetraram Habeas Corpus, em favor de Valdeci de Souza, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara de Salgueiro.

Sustenta, em síntese, que o paciente, preso preventivamente pela prática, em tese, do delito tipificado no art.16, IV¹, da lei 10.826/03, está sofrendo constrangimento ilegal, pois, embora preso em flagrante, ausentes, no caso em apreço, os requisitos da preventiva.

Destaca, para tanto, que o paciente ostenta condições pessoais favoráveis, a exemplo da primariedade, residência e profissão definida.

A medida liminar foi indeferida, consoante decisão interlocutória às fls.113/114.

A autoridade coatora, à fl.122, prestou informações.

A Procuradoria de Justiça, às fls.133/135, ofertou parecer, manifestando-se pela denegação da ordem.

É O RELATÓRIO.

Recife, 26 de Janeiro de 2010.

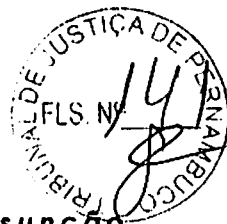
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção.
Relator.

¹ Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:

IV – portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado;



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 204270-2.

172

IMPETRANTE: MARIA ALICE DOS SANTOS PINTO E ELIAS JOSÉ DE MELO FILHO.

PACIENTE: VALDECI DE SOUZA.

RELATOR: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO

PROCURADORA: JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

VOTO:

Como relatado, trata-se de pedido de Habeas Corpus, impetrado por Maria Alice dos Santos Pinto e Elias José de Melo Filho, em favor de Valdeci de Souza, alegando que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, pois, em síntese, é desnecessária sua custódia cautelar.

Segundo se depreende da decisão atacada, acostada aos autos à fl. 101, o togado singular, ao denegar o pedido de liberdade provisória, entendeu que a prisão cautelar é necessária para garantia da ordem pública, destacando os maus-antecedentes do paciente e o modus operandi empregado.

Vejamos passagem da citada decisão:

"Compulsando os autos, verifico que neste momento não existem motivos suficientes para se colocar o réu em liberdade, principalmente em decorrência do indiciado não possuir bons antecedentes criminais, já tendo cumprido pena pelo crime de tráfico de drogas.

O crime cometido nos autos, porte de arma com numeração raspada, tendo o indiciado entregue munição para a adolescente Jéssica esconder na sua bolsa, é sério, principalmente tendo em vista a escalada da violência nesta cidade de Salgueiro.

Dessa forma, não verifico, neste momento, existir motivos para se conceder a liberdade provisória ao indiciado, ressalvando, no entanto, que a presente decisão será reanalisada após a oitiva das testemunhas e interrogatório do réu".

Pois bem.

Após análise do decreto construtivo, entendo que a prisão cautelar do paciente está devidamente justificada.

De fato, seus maus-antecedentes (condenação anterior por tráfico) revelam, inegavelmente, sua propensão à prática de delitos, e o *modus operandi* empregado reforça a convicção acerca de sua periculosidade.

Como visto, o paciente, na hipótese, trazia consigo significativa munição, 10 (dez) cápsulas calibre 38, escondidas, habilmente, na bolsa da adolescente que o acompanhava.

Assim, é idônea a motivação apresentada pela magistrada, pois o juízo de valor firmado está calcado em fatos concretos extraídos dos autos.

RA



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



173

RECURSO EM HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO. PRISÃO EM FLAGRANTE. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO CRIMINOSA EM FACE DE O PACIENTE SER REINCIDENTE E POSSUIR MAUS ANTECEDENTES. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA.

1. Omissis.

2. No caso, observa-se que a prisão cautelar do paciente foi mantida diante da possibilidade de reiteração criminosa, em razão de ele ostentar condenações por outros crimes (tentativa de estupro e furto) além de possuir maus antecedentes, circunstâncias que, por si sós, justificam a adoção da medida extrema.

3. Assim, a decisão impugnada está calcada em elementos concretos a indicar a necessidade da manutenção da custódia para garantia da ordem pública, não havendo que se falar em falta de motivação idônea.

4. Recurso a que se nega provimento.

(RHC 23.772/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 21/05/2009, DJe 08/06/2009)

Isto Posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem.

É COMO VOTO.

Recife, 26 de Janeiro de 2010.

Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção.
Relator.